

A HIPERINFLAÇÃO

A (HIPER)INFLAÇÃO "SOB CONTROLE"?

*Fernando Ferrari Filho**

Desde 1986, as políticas de controle do processo inflacionário da economia brasileira estão sendo conduzidas através de choques econômicos, cujos pressupostos básicos são o congelamento "generalizado" de preços e a reforma monetária.

A experiência de medidas "heterodoxas" tem, contudo, denotado o fracasso, a médio e longo prazos, das referidas políticas de estabilização, pois, arrefecida, no primeiro instante, a tendência de crescimento dos preços, a dinâmica inflacionária tem sido acelerada, no momento posterior, através da não-neutralidade do conflito distributivo.

A aceleração do processo inflacionário após o último choque econômico, denominado Plano Verão, em janeiro de 1989, pode ser observada, por exemplo, pelo comportamento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que registrou uma variação de preços, entre janeiro e setembro do presente ano, ao redor de 524,0%, bem como uma variação de 1.198,0% ao longo dos últimos 12 meses. A dinâmica do crescimento dos preços agravar-se-á, porém, caso as expectativas de variações do IPC-IBGE para os meses de outubro, novembro e dezembro fiquem, em média, ao redor de 45,0% ao mês, pois a inflação, em 1989, fecharia em torno de 1.800,0%.

Os resultados inflacionários, acima apresentados e projetados, fazem com que a sociedade brasileira passe a se preocupar com um fato até então novo na nossa economia, qual seja, a hiperinflação.

Diante de uma preocupação concreta, cabem, desde então, as seguintes perguntas: em que se constitui um processo hiperinflacionário? Quais são os reflexos imediatos do descontrole e, conseqüentemente, da explosão dos preços na sociedade? Estamos em um contexto de hiperinflação?

* Economista e Professor da UFRGS.

Assim sendo, tentemos apresentar, de forma concisa, algumas idéias acerca da natureza hiperinflacionária que possam sugerir uma linha de discussão para as questões acima explicitadas.

Inicialmente, cabe-nos caracterizar os principais fatores que originam e consubstanciam um processo hiperinflacionário. A natureza hiperinflacionária pode ser compreendida, basicamente, a partir dos seguintes pressupostos: elevação abrupta no comportamento dos preços da economia; rejeição absoluta da moeda nacional, seja enquanto função de unidade de conta e meio de pagamento, seja enquanto função de reserva de valor; descontrole do Governo sobre as fontes alternativas de haveres monetários e reais; desorganização do sistema de preços de maneira que, conseqüentemente, haja dificuldade na manutenção do nível de atividade econômica.¹

No que diz respeito à "explosão" dos preços, a dinâmica da variação dos mesmos não está relacionada, necessariamente, à magnitude dos seus valores percentuais, porém, essencialmente, à sistemática com que os reajustes dos preços relativos são observados em termos de periodicidade. Em outras palavras, uma hiperinflação pode ser caracterizada, no referido pressuposto em particular, não pela expressividade das taxas de variações dos preços, conforme insistem alguns economistas, mas pela dinâmica com que os reajustes dos preços são determinados em intervalos cada vez menores de tempo.

Quanto ao pressuposto de rejeição da moeda nacional, entendemos que, numa economia monetária², a perda das funções básicas da moeda faz com que a natureza instabilizadora, seja pela incerteza, seja pelas expectativas do sistema produtivo, se torne crônica. A falta de credibilidade na moeda nacional gera, por conseguinte, a própria desestruturação da dinâmica de crescimento e acumulação das economias.

O descontrole do Governo em relação às fontes alternativas de haveres, sejam monetários, sejam reais, conseqüência direta do fator de rejeição absoluta da moeda nacional, pode ser observado pela valorização de ativos cujos preços são determinados exogenamente, tais como moedas e "commodities" internacionais. Assim sendo, a hiperinflação faz com

¹ Sobre os pressupostos básicos de um processo hiperinflacionário, ver Resende (1989) e Lopes (1989).

² Por uma economia monetária entendemos uma economia cuja moeda, ao possuir as características de meio de troca e reserva de valor, influencia diretamente o nível de atividade da demanda efetiva.

que haja uma fuga para ativos aos quais o Governo não tenha a capacidade de administrar preços e oferta, bem como ocorra uma significativa evasão de capitais.

Por fim, no que concerne à desorganização do sistema de preços e, posteriormente, à crise generalizada da atividade econômica, a natureza hiperinflacionária produz um conflito distributivo exacerbado na sociedade, não somente entre capital e trabalho, mas, principalmente, entre capitais, de maneira que a estrutura produtiva entre em períodos de crises sucessivas. Isto é, há uma tendência de ruptura do processo de acumulação, a médio e longo prazos, a partir da instabilidade total do comportamento dos preços na economia.

A partir dos pressupostos básicos, podem-se extrapolar as possíveis conseqüências do processo hiperinflacionário, quais sejam, concentração de renda sem precedentes e, desse modo, deterioração social e instabilidade política. As experiências hiperinflacionárias observadas em alguns países europeus, ao longo das décadas de 20 e 30, e da América Latina, recentemente nos anos 80, comprovam as conseqüências acima mencionadas.

Resta-nos, portanto, inserir a inflação brasileira no contexto de um processo hiperinflacionário. Em outras palavras, estamos com uma inflação crônica, ou "carimbamos nosso passaporte" para o mundo da hiperinflação?

Se analisarmos os principais pressupostos de sustentação da hiperinflação, podemos concluir que a economia brasileira está convivendo com dois deles, quais sejam, elevação abrupta no comportamento dos preços e descontrole do Governo sobre as fontes alternativas de haveres. Por quê? A elevação abrupta dos preços pode ser comprovada, por um lado, pelos sucessivos recordes mensais na taxa de variação dos mesmos e, por outro, pela velocidade com que os reajustes de preços estão sendo determinados, especialmente aqueles que não têm cláusulas contratuais preestabelecidas. O descontrole do Governo em relação aos ativos monetários alternativos, por sua vez, fica evidenciado, em primeiro lugar, pelas constantes valorizações do dólar no mercado paralelo e do ouro, e, em segundo, pela ineficácia da política monetária que, além de sinalizar uma aceleração dos preços, não consegue controlar a valorização dos referidos ativos.

Ao direcionarmos a análise para a credibilidade que a nossa unidade monetária tem junto à sociedade, perceberemos que, apesar de não haver um grau de rejeição absoluta, mesmo porque a indexação ameniza esse processo, há, em alguns segmentos da sociedade, uma certa desconfiança em aceitar o cruzado novo como meio de circulação e/ou pagamento.

Finalmente, no que diz respeito à desestruturação da atividade econômica advinda da desorganização do sistema de preços, podemos observar

que a economia brasileira não apresenta sintomas do referido pressuposto hiperinflacionário, pois, surpreendentemente, as produções agropecuárias e industrial retomam suas dinâmicas de crescimento a tal ponto que, conforme projeções iniciais do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá apresentar, ao final do ano, uma taxa de crescimento em torno de 2,8%.

Conforme podemos observar, o atual estágio da inflação brasileira tem características nítidas de um processo hiperinflacionário. Tentar sustentar a escalada aceleracionista dos preços torna-se a tarefa emergencial do próximo governo a ser democraticamente escolhido nas eleições presidenciais no final do ano. O arrefecimento da explosão inflacionária passa, necessariamente, ao contrário dos discursos neoliberais que, não entendendo o processo histórico, tentam resgatar a "força" das economias de mercado, pela redinamização do papel do Estado na Economia, pelo equacionamento das dívidas externa e interna, pela reforma fiscal e pelo controle efetivo sobre os preços dos setores oligopolizados da economia brasileira, entre outros.

Bibliografia

- LOPES, Francisco (1989). **O desafio da hiperinflação**: em busca da moeda real. Rio de Janeiro, Campus.
- RESENDE, André Lara (1989). Da inflação crônica à hiperinflação: observações sobre o quadro atual. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 9(1):7-20, jan./mar.